

RESENHA ELEITORAL

CHAMADA DE TRABALHOS

Número Especial: **Direito Processual Eleitoral**

1. A **Resenha Eleitoral** é uma revista do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, com publicações desde o ano de 1949, que tem por missão democratizar a divulgação do conhecimento científico na área eleitoral, por meio da publicação de trabalhos inéditos que promovam a transformação baseada na convergência entre teoria e prática.

2. A revista Resenha Eleitoral implementou todos os requisitos exigidos pela CAPES, obtendo elevação do seu estrato (B5), figurando com a maior classificação de periódico científico especializado em **Direito Eleitoral do país (Qualis, Área Direito)**.

3. Os artigos deverão ser submetidos no sistema eletrônico até o dia **30.04.2021**. Em caso de aprovação, serão publicados no **vol. 25, n. 1**.

4. As informações da revista, assim como o sistema para submissão de artigos estão disponíveis em seu sítio eletrônico:

<https://www.tre-sc.jus.br/o-tre/escola-judiciaria-eleitoral/resenha-eleitoral/portal-resenha>.

5. Os artigos devem ajustar-se aos critérios editoriais da publicação, que podem ser consultados no endereço indicado, destacando-se que devem ser inéditos, ter entre 15 e 20 páginas e podem ser elaborados em coautoria (incluindo preferencialmente doutores ou doutorandos).

6. O Número Especial “DIREITO PROCESSUAL ELEITORAL” será publicado em sessão específica da referida edição e os artigos propostos para a temática serão avaliados pelo sistema de *double blind peer review*.

7. Esse número especial pretende reunir artigos científicos que tenham como problema de fundo o enfrentamento de temas tormentosos referentes ao direito processual eleitoral, considerando a inexistência de sistematização dos procedimentos judiciais eleitorais que dê conta de duas exigências aparentemente contraditórias do direito sancionador: a eficácia da prestação jurisdicional e a implementação de garantias inerentes à processualidade democrática.

8. Sem excluir outras abordagens possíveis, os seguintes temas podem ser considerados para o desenvolvimento dos artigos:

- [a] direito processual eleitoral como tutela de direitos coletivos;
- [b] desafios à aplicação do CPC ao processo eleitoral;
- [c] tutela jurisdicional no período anterior ao registro de candidatura;
- [d] registro e Impugnação de Candidatura e dinâmica de aferição de inelegibilidades;
- [e] ações eleitorais sancionadoras e os impactos da EC 107/2020;
- [f] efeitos das decisões da Justiça Eleitoral, tutela provisória e executoriedade.

Cordiais saudações.

Florianópolis, 19 de fevereiro de 2021.

Roberta Maia Gresta
Editora Convidada

Luiz Fernando Casagrande Pereira
Editor Convidado

Luiz Magno Pinto Bastos Junior
Editor-Chefe



EJESC



TRE-SC